

PROCESSO TCE Nº 20.330.2015-40

ENTIDADE: Secretaria de Estado de Educação e Esporte – SEE

NATUREZA: Prestação de Contas

OBJETO: Prestação de Contas da Secretaria de Estado de Educação e Esporte – SEE, exercício 2014.

RESPONSÁVEL: Daniel Queiroz de Sant’Ana
Marco Antonio Brandão Lopes

RELATORA: Cons.^a Dulcinéa Benício de Araújo

ACÓRDÃO Nº 10.722/2018

PLENÁRIO

EMENTA: PRESTAÇÃO DE CONTAS. SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO E ESPORTE – SEE. REGULARIDADE COM RESSALVA. ARTIGO 51, II, DA LEI COMPLEMENTAR ESTADUAL N. 38/93.

1. Constatada falha formal que não representa prejuízo ou risco de dano patrimonial, embora ainda não tenha sido editada por esta Corte de Contas norma contendo a classificação de irregularidades e ressalvas, aplica-se o artigo 51, II, da Lei Complementar Estadual n. 38/93.

2. Prestação de Contas julgada regular, com ressalva.

Vistos, relatados e discutidos os autos do processo acima identificado, **ACORDAM** os Membros do Tribunal de Contas do Estado do Acre, **POR UNANIMIDADE**, nos termos do voto da Conselheira-Relatora, em: **1) APROVAR a PRESTAÇÃO DE CONTAS DA SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO E ESPORTE – SEE**, relativa ao exercício de 2014, de responsabilidade dos **SRS. DANIEL QUEIROZ DE SANT’ANA e MARCO ANTONIO BRANDÃO LOPES**, considerando-a regular, com ressalvas, valendo como ressalva **a)** a realização de pagamento na ordem de R\$ 16.213.602,63, relativo à compromissos de exercícios anteriores que não haviam sido evidenciados na respectiva contabilidade; **b)** a ausência do Inventário de Bens Imóveis; e **c)** ausência de numeração dos volumes e das páginas dos processos do Contrato Administrativo n. 481/2010; **2) NOTIFICAR** o atual gestor responsável para que, nos próximos exercícios, as eventuais despesas do exercício encerrado

sejam lançadas em restos a pagar, na forma que preceitua o art. 36 da Lei n. 4.320/64.; **3) ARQUIVAR** o feito, após as formalidades de estilo.

Rio Branco - Acre, 12 de abril de 2018.

Conselheiro **VALMIR GOMES RIBEIRO**
Presidente do TCE/AC

Conselheira **DULCINÉA BENÍCIO DE ARAÚJO**
Relatora

Conselheiro **ANTONIO CRISTOVÃO CORREIA DE MESSIAS**

Conselheiro **RONALD POLANCO RIBEIRO**

Conselheira **NALUH MARIA LIMA GOUVEIA**

Conselheira-Substituta **MARIA DE JESUS CARVALHO DE SOUZA**

Fui presente:

SÉRGIO CUNHA MENDONÇA
Procurador-Chefe do MPC/TCE/AC

PROCESSO TCE N° 20.330.2015-40

ENTIDADE: Secretaria de Estado de Educação e Esporte – SEE

NATUREZA: Prestação de Contas

OBJETO: Prestação de Contas da Secretaria de Estado de Educação e Esporte – SEE, exercício 2014.

RESPONSÁVEL: Daniel Queiroz de Sant'Ana
Marco Antonio Brandão Lopes

RELATORA: Cons.^a Dulcinéa Benício de Araújo

RELATÓRIO

1. Tratam os autos da Prestação de Contas da **SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO E ESPORTE – SEE**, relativa ao exercício de 2014, de responsabilidade do **SR. DANIEL QUEIROZ DE SANT'ANA** e do **SR. MARCO ANTONIO BRANDÃO LOPES**¹.

2. Em 29 de abril de 2015, por meio do Ofício n. 348/2015GAB/SEE (fl. 2), as contas foram enviadas eletronicamente a esta Corte, o que evidencia a tempestividade de ingresso do feito, nos termos do artigo 2º, II, g², da Resolução-TCE n. 87, de 28 de novembro de 2013³.

3. Consoante estabelece a Portaria n. 59, de 26-03-2008, que define a tramitação dos processos no Tribunal, houve a autuação, o registro e a distribuição por parte da SECRETARIA DAS SESSÕES (fl. 7) e o encaminhamento à DIRETORIA DE AUDITORIA FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA - DAFO, que se manifestou, após diligências, por meio da 1ª INSPETORIA GERAL DE CONTROLE EXTERNO, considerando **irregulares** as contas apresentadas pela **SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO E ESPORTE – SEE** - fls. 09/30, tendo em vista **a)** ausência de regularidade da Contadora Rísla Melo da Costa; **b)** utilização de Despesas de Exercícios Anteriores

¹ Secretários de Estado com períodos de gestão, respectivamente, de 01-01-2014 a 31-03-2014 e 01-04-2014 a 31-12-2014.

² Art. 2º Os responsáveis pelos poderes, órgãos/entidades mencionados no artigo anterior, deverão apresentar as respectivas Prestações de Contas, constituídas de todos os documentos pertinentes, especificados nos Anexos I a VIII do Manual de Referência, além das informações contábeis, financeiras, orçamentárias e patrimoniais, respeitando os prazos dispostos e a forma estabelecida nos parágrafos deste artigo.

II – até o **primeiro dia útil do mês de maio** do ano subsequente ao exercício findo:

g) **Secretários de Estado**, Procurador Geral do Estado, Defensor Público Geral, Vice-Governador, Chefe do Gabinete Civil, Chefe do Gabinete Militar, Comandante do Corpo de Bombeiros e Comandante da Polícia Militar;

³ Art. 20 Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se a Resolução TCE-AC nº 062, de 18 de julho de 2008, a Resolução TCE-AC nº 069, de 10 de novembro de 2011, e a Resolução TCE-AC nº 074, de 12 de julho de 2012, para as prestações de contas referentes a exercícios posteriores a 2013.

Processo TCE n. 20.330.2015-40 (Acórdão n. 10.722/2018 – Plenário)

como regra e não como exceção; **c)** comprovação do saldo dos extratos bancários de ordens 27 (R\$ 264.000,37) e 30 (R\$ 5.576.814,60) e dos lançamentos pendentes de “Avisos a Lançar” de ordem 01 (R\$ 18.589,83); **d)** déficit de R\$ 10.986.739,61 na fonte de Recursos Próprios Ordinários”; **e)** não encaminhamento do Relatório Contábil de Movimentação de Bens Imóveis e divergência no Relatório Contábil de Bens Móveis; **f)** saldo na conta contábil estoque de combustível no valor de R\$ 4.135.581,28; **g)** Carta Fiança apresentada como garantia em licitação, cuja apólice não resguarda integralmente o cumprimento dos contratos; **h)** inconsistências e impropriedades nos processos de pagamento; **i)** atesto de notas fiscais pelo Engenheiro Civil José Teixeira de Lima Junior sem o devido Relatório Técnico de medição da obra; **j)** realização de termo de parceria celebrado com Prebistério do Acre – PRAC, que não tem atividade relacionada ao programa de trabalho; **l)** ausência de parecer do Controle Interno.

4. Após a citação (fls. 75/77), realizada por meio do Diário Eletrônico de Contas n. 442, de 08 de agosto de 2016, foi oferecida defesa pelos responsáveis (fls. 94/107), tendo a 1ª INSPETORIA GERAL DE CONTROLE EXTERNO emitido Relatório Técnico Complementar (fls. 112/133) no qual ratifica parte das conclusões do relatório técnico anterior e conclui pela irregularidade das contas.

5. Encaminhados os autos ao MINISTÉRIO PÚBLICO ESPECIAL, a i. Procuradora Dra. Anna Helena de Azevedo Lima, requereu à fl. 139 a complementação da instrução, especificamente em relação às despesas de exercícios anteriores e o respectivo respaldo financeiro da Unidade para cobertura.

6. O processo retornou à DAFO, que, por meio da 1ª INSPETORIA GERAL DE CONTROLE EXTERNO, realizou a análise complementar da matéria (Relatório Técnico Complementar de fls. 146/149) e concluiu que a ausência de registro dos compromissos em restos a pagar não configura, *per si*, uma irregularidade, motivo pelo qual opinou pela recomendação no sentido de que, nos próximos exercícios, as despesas realizadas no exercício anterior sejam lançadas em restos a pagar.

7. O MINISTÉRIO PÚBLICO ESPECIAL, em pronunciamento subscrito pela i. Procuradora Dra. Anna Helena de Azevedo Lima, se manifestou às fls. 155/158

Processo TCE n. 20.330.2015-40 (Acórdão n. 10.722/2018 – Plenário) Pág. 4 de 11

pela irregularidade das contas apresentadas e consequente aplicação de multa, com fundamento no artigo 89, II, da Lei Complementar Estadual n. 38/93, bem como a instauração de tomada de contas especial para verificar a subvenção concedida em favor de Presbitério do Acre – PRA.

8. Na sequência, os responsáveis aditaram a defesa e apresentaram novos documentos (fls. 164/220), com o objetivo de esclarecer as irregularidades apontadas pela área técnica. Diante disso, os autos foram reenviados à DAFO, que, por meio da 1ª INSPETORIA GERAL DE CONTROLE EXTERNO, concluiu pela regularidade, com ressalvas, das contas da **SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO E ESPORTE – SEE**, referentes ao exercício de 2014, valendo com ressalva a ausência de numeração e rubrica das folhas do processo referente ao Contrato n. 481/2010, celebrado com a empresa **TEIXEIRA E AGUIAR LTDA**.

9. O MINISTÉRIO PÚBLICO ESPECIAL, pela i. Procuradora Dra. Anna Helena de Azevedo Lima, manifestou-se conclusivamente às fls. 234/237.

10. É o Relatório.

11. Rio Branco, 12 de abril de 2018.

Conselheira **DULCINÉA BENÍCIO DE ARAÚJO**
Relatora

Missão: Exercer o controle externo, orientando e fiscalizando a gestão pública, e incentivar a sociedade ao exercício do controle social.

PROCESSO TCE N° 20.330.2015-40

ENTIDADE: Secretaria de Estado de Educação e Esporte – SEE

NATUREZA: Prestação de Contas

OBJETO: Prestação de Contas da Secretaria de Estado de Educação e Esporte – SEE, exercício 2014.

RESPONSÁVEL: Daniel Queiroz de Sant'Ana
Marco Antonio Brandão Lopes

RELATORA: Cons.^a Dulcinéa Benício de Araújo

VOTO

A EXMA. SENHORA CONSELHEIRA DULCINÉA BENÍCIO DE ARAÚJO (Relatora):

1. Tratam os autos da Prestação de Contas da **SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO E ESPORTE – SEE**, relativa ao exercício de 2014, de responsabilidade do **SR. DANIEL QUEIROZ DE SANT'ANA** e do **SR. MARCO ANTONIO BRANDÃO LOPES**, a qual será analisada em consonância com as previsões contidas na Lei Complementar n. 101, de 4 de maio de 2000 e Lei n. 4.320, de 17 de março de 1964, e, ainda, na Resolução n. 87/2013, desta Corte de Contas.

2. Nesse caminho, passo à análise dos dados insertos no processo:

a) a **PRESTAÇÃO DE CONTAS** foi elaborada em consonância com a Lei Complementar n. 101/2000, Lei n. 4.320/1964 e com a Resolução-TCE n. 87/2013, tendo sido encaminhada tempestivamente e com a documentação necessária ao seu processamento (Anexo VI do Manual de Referência);

b) o **ROL DE RESPONSÁVEIS** pelo Órgão foi devidamente encaminhado, conforme o previsto no artigo 8º da Resolução-TCE n. 87/2013⁴, ressaltando-se

⁴ Art. 8º Serão considerados responsáveis, para efeito desta Resolução, quando cabível:

I – o ordenador de despesas;

II – o dirigente máximo do poder, órgão ou entidade;

III – os membros de diretoria;

IV – os membros dos órgãos colegiados responsáveis por ato de gestão, definidos em lei, regulamento ou estatuto;

V – os membros dos conselhos de administração, deliberativo ou curador e fiscal;

VI – o encarregado do setor financeiro ou outro corresponsável por ato de gestão;

VII – o encarregado do almoxarifado ou do material em estoque;

VIII – o encarregado do depósito de mercadorias e bens apreendidos;

IX – os membros dos colegiados do órgão ou entidade gestora;

X – o profissional da área de contabilidade;

XI – os chefes de setor ou qualquer divisão organizacional;

XII – os gestores de contrato e engenheiros responsáveis por orçamento, contratos, obras, serviços ou fiscalização dos mesmos;

XIII – o controlador interno.

Processo TCE n. 20.330.2015-40 (Acórdão n. 10.722/2018 – Plenário)

que, no decorrer da instrução, a profissional da área de contabilidade comprovou a regularidade profissional com a respectiva certidão expedida pelo Conselho⁵.

c) houve o encaminhamento do **RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO**, em atendimento ao previsto no item III do Anexo VI do Manual de Referência da Resolução n. 87/2013;

d) prosseguindo, também foi enviado o **RELATÓRIO SINTÉTICO** dos decretos de abertura de créditos adicionais no qual **estão relacionados todos os valores relativos às anulações e suplementações orçamentárias**, ressaltando-se, ademais, que o relatório está em consonância com o demonstrado no Balanço Orçamentário;

e) com base nas informações contidas no tópico anterior, chegou-se à conclusão que o **orçamento** previsto para o exercício de 2014, o qual foi aprovado pela Lei Estadual n. 2.831, de 27-12-2013, e estimava receitas e despesas no patamar de R\$ 288.743.883,44 (duzentos e oitenta e oito milhões, setecentos e quarenta e três mil, oitocentos e oitenta e três reais e quarenta e quatro centavos), após anulações e suplementações⁶ atingiu o montante de R\$ 342.218.955,61 (trezentos e quarenta e dois milhões, duzentos e dezoito mil, novecentos e cinquenta e cinco reais e sessenta e um centavos);

f) o **demonstrativo contábil anual da execução orçamentária e financeira** foi devidamente encaminhado juntamente com seus anexos, os quais passarei a analisar:

f.1) o **BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**, demonstra que, no exercício de 2014, a Secretaria realizou o pagamento na ordem de R\$ 16.213.602,63, relativo à compromissos de exercícios anteriores que não haviam sido evidenciados na respectiva contabilidade. Após análise no SAFIRA, constatou-se que o valor é referente a encargos sociais sobre o 13º salário de 2013, pagamento de prêmio,

⁵ Art. 10 O arquivo contendo a remessa mensal de dados deverá ser assinado digitalmente pelo titular dos poderes, órgãos ou entidades da administração pública direta e indireta, estadual e municipal, inclusive os fundos instituídos e mantidos pelo poder público, bem como profissional responsável pela contabilidade e controlador interno.

§ 1º Todos os demonstrativos contábeis deverão conter a assinatura, o nome do profissional responsável, bem como o número de seu registro profissional regular junto ao Conselho Regional de Contabilidade.

⁶ Créditos Suplementares: R\$ 240.990.455,34

Anulações: R\$ 187.515.383,17;

Processo TCE n. 20.330.2015-40 (Acórdão n. 10.722/2018 – Plenário)

reconhecimento de dívida da aquisição de modem roteador, pagamento de obras, dentre outros.

A ausência de lançamento dos compromissos na respectiva contabilidade (no caso a do exercício de 2013) contraria o princípio contábil da oportunidade, devendo ser recomendado ao gestor a correção nos próximos exercícios, na forma que preceitua o art. 36 da Lei n. 4.320/64.

f.2) quanto ao **BALANÇO FINANCEIRO**, após a instrução do processo, restou demonstrado que refletiu fielmente as receitas e despesas orçamentárias e os recebimentos e pagamentos extra orçamentários, conjugados com o saldo proveniente do exercício anterior, cabendo destacar que o déficit de R\$ 10.986.739,61 (dez milhões, novecentos e oitenta e seis mil, setecentos e trinta e nove reais e sessenta e um centavos) deve-se ao fato de que os saldos das contas de Recursos Próprios, vinculadas à Conta Única do Tesouro estadual, são removidos, no último dia do ano, para a conta fornecedora da unidade orçamentária da SEFAZ.

f.3) quanto ao **BALANÇO PATRIMONIAL**, evidenciou o patrimônio líquido do órgão, apresentando um valor positivo de R\$ 367.465.429,06 (trezentos e sessenta e sete milhões, quatrocentos e sessenta e cinco mil, quatrocentos e vinte e nove reais e seis centavos), tendo sido esclarecidas pelos Gestores as inconsistências detectadas quanto ao saldo na conta contábil “33903000” (estoque de combustível).

Quanto à ausência de Inventário de Bens Imóveis, considero a falha como ressalva, pois a Procuradoria-Geral do Estado - PGE está realizando o levantamento dos bens, com prazo final estipulado até 31/12/2019;

f.4) prosseguindo, a **DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS**, evidenciou as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, ressaltando-se que a diferença entre a variação patrimonial aumentativa (R\$ 314.079.049,83) e a diminutiva (R\$ 326.433.380,11) foi deficitária em R\$ 12.354.330,28 (doze milhões, trezentos e cinquenta e quatro mil, trezentos e trinta reais e vinte e oito centavos);

g) no tocante ao **DEMONSTRATIVO DAS LICITAÇÕES E CONTRATOS**, previsto no item IX, do Anexo VI da Resolução-TCE n. 87/2013, foram analisadas algumas avenças, por amostragem, tendo sido detectado que: **g.1)** no processo licitatório n. 639/2012, para contratação de serviços de mão de obra, a Carta Fiança não acobertava integralmente os riscos do contrato com causas trabalhistas e previdenciárias. Durante a instrução, a falha foi sanada com a apresentação de nova Carta Fiança; **g.2)** na análise do Contrato n. 481/2010, celebrado com a empresa Teixeira & Aguiar Ltda., não existe numeração dos volumes e das páginas dos processos, o que enseja ressalva; **g.3)** quanto ao Termo de Parceria firmado com Presbitério do Acre – PRAC, houve a prestação de contas dos recursos concedidos a título de subvenção, esclarecendo todos os apontamentos levantados pela área técnica.

h) por fim, no tocante ao **PARECER** emitido pelo controle interno da unidade, foi atendido o previsto no item XVIII do Anexo VI da Resolução-TCE n. 87/2013.

3. Assim, ante o exposto, **VOTO**, nos termos do artigo 51, inciso II, alínea *b*, da Lei Complementar Estadual n. 38/93⁷, pela:

3.1) APROVAÇÃO da PRESTAÇÃO DE CONTAS DA SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO E ESPORTE – SEE, relativa ao exercício de 2014, de responsabilidade do **SR. DANIEL QUEIROZ DE SANT’ANA** e do **SR. MARCO ANTONIO BRANDÃO LOPES**, considerando-a regular, com ressalvas, valendo como ressalva a realização de pagamento na ordem de R\$ 16.213.602,63, relativo à compromissos de exercícios anteriores que não haviam sido evidenciados na respectiva contabilidade, bem como a ausência do Inventário de Bens Imóveis e de numeração dos volumes e das páginas dos processos do Contrato Administrativo n. 481/2010.

3.2) notifique-se o atual gestor responsável para que, nos próximos exercícios, as eventuais despesas do exercício encerrado sejam lançadas em restos a pagar, na forma que preceitua o art. 36 da Lei n. 4.320/64.

⁷ Art. 51 - As contas serão julgadas:

II - **II - regulares com ressalva**, quando apuradas omissão, impropriedade contábil ou falhas formais que não representem prejuízo ou risco de dano patrimonial, valendo as ressalvas como determinação para que o responsável, ou seu sucessor, tome providências para corrigi-las;

Processo TCE n. 20.330.2015-40 (Acórdão n. 10.722/2018 – Plenário)

Missão: Exercer o controle externo, orientando e fiscalizando a gestão pública, e incentivar a sociedade ao exercício do controle social.

3.3) após as formalidades de estilo, **REMETAM-SE** os autos ao **ARQUIVO**,.

4. É como **Voto**.

5. Rio Branco, 12 de abril de 2018.

Conselheira **DULCINÉA BENÍCIO DE ARAÚJO**
Relatora

PROCESSO TCE N° 20.330.2015-40

ENTIDADE: Secretaria de Estado de Educação e Esporte – SEE

NATUREZA: Prestação de Contas

OBJETO: Prestação de Contas da Secretaria de Estado de Educação e Esporte – SEE, exercício 2014.

RESPONSÁVEL: Daniel Queiroz de Sant'Ana
Marco Antonio Brandão Lopes

RELATORA: Cons.^a Dulcinéa Benício de Araújo

CERTIDÃO DE JULGAMENTO

“**CERTIFICO** que o presente processo foi apreciado por esta Corte de Contas na 1.318ª Sessão Plenária Ordinária realizada no dia 12 de abril do corrente ano, presidida pelo Conselheiro **Valmir Gomes Ribeiro**. Participaram do julgamento os Conselheiros **Antonio Cristovão Correia de Messias, Ronald Polanco Ribeiro, Dulcinéa Benício de Araújo e Naluh Maria Lima Gouveia** e a Conselheira-Substituta **Maria de Jesus Carvalho de Souza**, e como Representante do Ministério Público de Contas, o Dr. **Sérgio Cunha Mendonça**. Ausentes, justificadamente, os Conselheiro **José Augusto Araújo de Faria e Antonio Jorge Malheiro**. **Decisão:** o Colegiado decidiu, **por maioria**, nos termos do voto da Conselheira-Relatora. **Divergiu** o Conselheiro Antonio Cristovão Correia de Messias, que votou: 1) pela irregularidade das contas; e 2) pela aplicação de multa aos gestores no valor de R\$ 3.570,00 (três mil, quinhentos e setenta reais) para cada um.” (fl. 241)

Conselheira **DULCINÉA BENÍCIO DE ARAÚJO**
Relatora